

Ewa Łukaszyk*

Universidade Jagellónica de Cracóvia

O TEMPO, A TRANSGRESSÃO
E O CONHECIMENTO
NA *HISTÓRIA DO FUTURO*
DO P.E ANTÓNIO VIEIRA

A figura intelectual do jesuíta António Vieira (1608-1697) encarna as contradições da mentalidade seiscentista. No pensamento do pregador e missionário, explicitado em numerosas peças de oratória sacra e na abundante obra escrita, o pragmatismo político e económico coexiste com uma fascinante visão escatológica. E não apenas coexiste, como também forma uma continuidade em que Vieira pretende dar, ao mesmo tempo, uma resposta radical aos problemas terrenos e aos espirituais: a visão do Quinto Império.

Vieira visionário move-se num tempo pré-apocalíptico, na véspera do clímax da História, paroxismo do qual iria nascer um mundo ideal da humanidade reunida sob o signo de “um só rebanho e um só pastor”. Tão cerca do tormentoso momento crucial, que Vieira apresenta como a passagem do cabo da História, as perspectivas e as limitações epistemológicas do homem vêm a ser modificadas. Deus revoga os seus designios. O jesuíta ousa a transgressão do horizonte temporal, vislumbrando a possibilidade de empreender a elaboração duma obra histórica já não limitada ao passado, mas sim concebida também como uma *História do Futuro*.

No presente trabalho, após uma breve apresentação da silhueta do predicador, vamos concentrar-nos na análise da argumentação de Vieira a favor da sua tese sobre a viabilidade duma futurologia como ciência exacta.

Embora nascido em Lisboa, António Vieira encontrou-se cedo na Baía, onde estudou num colégio jesuíta. Toda a sua formação e a futura carreira foram assim colocadas sob o signo da Companhia, a que ingressa aos 15 anos. Em 1635, tendo recebido ordens, inicia a sua brilhante carreira de pregador. Num primeiro momento, ainda na Baía, coloca os seus dotes oratórios ao serviço da luta contra os holandeses que tentam apoderar-se dos territórios pertencentes à coroa portuguesa. A partir de 1641, ano em que vem a Lisboa trazer ao recém-aclamado rei D. João IV a adesão da colónia, torna-se o mais prezado pregador da corte.

Nesse período, António Vieira deixa-se conhecer pelas suas propostas políticas e económicas. Recomenda ao rei uma política de protecção dos cristãos-novos, detentores dum considerável poder económico, contra os confiscos do Santo Ofício. Pragmatismo indispensável, já que a monarquia portuguesa está ainda envolvida na luta pela independência após o período de união com Castela (1580-1640). Nessa situação, o padre jesuíta aconselha a moderar a política inquisitorial de repressão, já que os judeus convertidos formam uma importante camada da burguesia mercantil, fazendo parte de

* A autora é bolsista da Fundação para a Ciência Polaca.

uma rede comercial de dimensões internacionais. A intervenção de Vieira junto ao rei contribui para a formação, em 1649, da Companhia Geral do Comércio do Brasil que, assim como o seu modelo holandês, goza do monopólio comercial e cujo capital está posto ao abrigo dos confiscos inquisitoriais.

Ao serviço do rei D. João IV, Vieira realiza ainda várias missões diplomáticas na França, na Holanda e em Roma. A sua fidelidade ao monarca português coloca-o em posição de conflito com a própria Companhia de Jesus. Na iminência de ser expulso, Vieira aceita uma missão no interior do Brasil.

No Maranhão, espera-o um novo combate. Desta vez, terá de travar uma luta em defesa dos Índios contra os colonos necessitados de mão-de-obra. É o momento mais discutível do percurso político-económico de Vieira: defendendo os nativos, sugere aos colonos a importação dos escravos africanos, o que aliás era uma prática corrente no resto do Brasil. Assim, os índios ficariam reservados ao controlo da Companhia de Jesus. No entanto, a oposição dos colonos leva à expulsão de Vieira e dos restantes jesuítas do Maranhão.

Com a morte do rei D. João IV começam os tempos difíceis para a Companhia, não só no Brasil. A política do conde de Castelo Melhor, que assume o governo do país, é-lhe desfavorável. O Santo Ofício pode finalmente apoderar-se do seu detractor. Entre 1665 e 1667, Vieira é processado e condenado por opiniões heréticas. Amnistiado, parte para Roma, onde ainda o esperam novos êxitos como pregador. Reabilitado, oito anos após a sentença, por Clemente X, não hesitará em usar de novo a sua influência na luta contra a Inquisição, conseguindo a suspensão do Santo Ofício pelo Papa.

Finalmente, Vieira regressa à Baía, onde passará os 16 anos de vida que lhe restam. Exercendo as funções do superior das missões, dedica-se a completar a sua extensa obra escrita, antes de morrer no mesmo colégio jesuíta da cidade de Baía onde tantos anos antes fizera os estudos.

A racionalidade positiva e pragmática de Vieira – político e diplomata prolongou-se, sem qualquer quebra de continuidade, num universo visionário. Paralelamente à obra de intervenção política e económica, por vezes tão prosaica, rasteira e calculista, Vieira criou, ao longo da sua vida, uma obra de escatologia e de exegese profética, que lhe valeu a condenação no processo inquisitorial.

A ideia que vem ocupar o lugar central no universo visionário de Vieira é a do Quinto Império, com cujo advento iria findar a sangrenta história da humanidade pecaminosa. O estado ideal visionado pelo jesuíta iria ser a consumação do Reino de Cristo na terra. Nas ideias vieirianas é notável a influência do monge calabrés do século XII, Joaquim de Flora, cuja concepção da história dividida em três eras, a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo assemelha-se, em muitos aspectos, à de Vieira. Em ambos os casos, deparamos com uma concepção teleológica da história, entendida como um progresso na direcção dum clímax preestabelecido desde o seu início. Em Joaquim de Flora, o esperado advento da era do Espírito Santo, embora tivesse de ser precedido por um traumatismo originado pelo aparecimento de Anticristo, marcaria o fim da história violenta da espécie humana. Concretizar-se-ia um estado ideal, já muito parecido à posterior visão do Quinto Império de Vieira, governado por Cristo através dum Imperador e dum Papa humanos.

Evidentemente, os próprios textos canónicos constituem uma fonte determinante da visão expressada por Vieira. Na esteira do Apocalipse joanino, o jesuíta antevisiona um acontecimento catastrófico, o fim da história naquela forma brutal e sangrenta que a humanidade conheceu desde os seus primórdios até à altura. A chegada dum momento crucial dividiria o próprio tempo em duas partes, cujas características essenciais se revelariam divergentes.

Não só a própria ideia do advento dum Reino Milenário, mas também a argumentação epistemológica que serve de fundamentação ao pensamento futuroológico de Vieira assenta raízes em diversas correntes milenaristas medievais. Na tradição do pensamento escatológico judaico e cristão, aparece a ideia de que as circunstâncias apocalípticas trariam uma oportunidade de conhecer o que em tempos anteriores estava vedado ao homem: o apocalipse seria o momento da abertura dos livros em que tudo vinha escrito; no Juízo Final revelar-se-ia a verdade absoluta e definitiva sobre o bem e o mal; seria o momento em que se haviam de esclarecer todas as dúvidas. Presentindo que o fim dos tempos está chegando, Vieira julga poder alcançar o saber sobre os acontecimentos futuros e transmiti-lo aos seus contemporâneos.

O que hoje sabemos sobre o pensamento escatológico de Vieira e sobre a sua visão do futuro imperial de Portugal está baseado em quatro documentos essenciais. O primeiro foi escrito no Maranhão, na ocasião da morte do rei, e intitulado *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo. Primeira e Segunda Vida de El-Rei D. João IV, escritas por Gonçalo Eanes Bandarra e comentadas por Vieira, em carta ao bispo do Japão D. André Fernandes*, sendo este último confessor da Rainha, a quem na realidade Vieira dirigia a sua mensagem. Uma visão muito mais detalhada ia ser exposta num livro inacabado, intitulado *História do Futuro. Esperanças de Portugal e Quinto Império do Mundo*². As circunstâncias forçaram o jesuíta a explicitar os seus pontos de vista também perante os inquisidores. Assim, dispomos hoje dum documento valioso sob a forma da sua *Defesa perante o Tribunal de Santo Ofício*³. Finalmente, já se vendo livre do processo inquisitorial, Vieira quis dar uma sùmula do seu pensamento, em latim, sob forma de *Clavis Prophetarum*, com o subtítulo *De regno Christi in Terris consummato*, livro que viu a imprensa só no nosso século⁴.

Sendo a *História do Futuro* uma obra inacabada, dispomos hoje apenas dos livros Antepreimeiro, Primeiro e Segundo. No entanto, conhecem-se também esboços, pelo

¹ Texto incluído em António Vieira, *Obras Escolhidas*, ed. Hernâni Cidade, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1951-54, vol. VI.

² Supõe-se que o projecto da *História do Futuro* já se encontrava na fase de elaboração em 1649, sendo portanto anterior à carta ao Bispo do Japão, embora a data escrita pelo autor na segunda página do manuscrito indique o ano de 1664. Cf. João Lúcio de Azevedo, *Vida de António Vieira*, 2a ed., Lisboa, Clássica, 1931, vol. 1, p. 193; Raymond Cantel, “L’*História do Futuro* du Père António Vieira. Réflexion sur la genèse de l’œuvre et les différents moments de sa composition”, *Bulletin des Études Portugaises*, nouvelle série, t. XXV (1964), p. 25. Sob o título de *História do Futuro* foi publicada, pela primeira vez em 1718, apenas a parte introdutória da obra, o Livro Antepreimeiro. A edição citada no presente artigo, *História do Futuro*, introdução, actualização do texto e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, 2a ed., Lisboa, IN-CM, 1992, contem tanto o Livro Antepreimeiro, como os Livros Primeiro e Segundo dos sete projectados inicialmente pelo jesuíta.

³ António Vieira, *Defesa perante o Tribunal de Santo Ofício*, introdução e notas de Hernâni Cidade, 2 vol., Baía, Livraria Progresso Editora, 1957. O estudo mais importante sobre este texto foi fornecido por Paulo Alexandre Esteves Borges, *A Plenificação da História do P.e António Vieira. Estudo sobre a ideia do Quinto Império na Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*, Lisboa, IN-CM, 1995.

⁴ António Vieira, *Clavis Prophetarum. Chave dos profetas*, edição crítica, fixação do texto, tradução, notas e glossário de Arnaldo do Espírito Santo, segundo o projecto de Margarida Vieira Mendes, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000; (edição bilingue em latim e português). Anteriormente, publicou-se apenas a tradução dum “Resumo da *Clavis Prophetarum*, feito pelo P.e António Casnedi”, em António Vieira, *Obras Escolhidas*, ed. Hernâni Cidade, *op. cit.*, vol. X.

qual sabemos que a obra ia constar, na sua totalidade, de sete livros⁵. O Livro Antepimeiro constitui, segundo lemos no seu subtítulo, um “prolegómeno a toda a História do Futuro, em que se declara o fim e se provam os fundamentos dela”. É, portanto, aqui que Vieira explicita o que crê ser a fundamentação “objectiva” do seu projecto futuro-lógico. No Livro Primeiro da *História do Futuro* aparece a fundamentação bíblica do nome do futuro estado: o império ia ser o quinto, após os impérios dos Assírios, dos Persas, dos Gregos e dos Romanos. O jesuíta inscreve também a sua visão do império português no contexto histórico e político da sua época. O Livro Segundo fornece as informações sobre o carácter, a organização e a divisão dos poderes no estado. Assim, o Quinto Império realizar-se-ia neste mundo e não no outro, ainda que fosse um reino de Cristo; o seu carácter seria espiritual e temporal ao mesmo tempo. O poder imperial basear-se-ia não na força militar, mas sim na aceitação voluntária por todos os povos do mundo, reunidos na fé cristã.

No Livro Terceiro Vieira planejava aventurar-se na descrição da “grandeza e felicidades” do império que ia alcançar um duradouro estado de perfeição, prefigurado na Sagrada Escritura. O seu domínio ia estender-se sobre todos os povos do mundo, que iam aceitar, unanimemente, a fé cristã. Assim, todos os conflitos cessariam e em todo o mundo reinaria uma duradoira paz universal. Nos Livros Quarto e Quinto Vieira queria explicitar os pormenores: chegar-se-ia à conversão de todos os gentios, dos muçulmanos e dos judeus, à extirpação das heresias e da idolatria, tendo por único instrumento as “Escrituras e Doutores”, isto é, fazendo recurso à persuasão e provando de maneira discursiva a verdade suprema inscrita na religião cristã. O império otomano ia desaparecer e a paz universal se estenderia até aos limites escatológicos: até à vinda do Anticristo e ao Juízo Final. Finalmente, os Livros Sexto e Sétimo trariam precisões geográficas e políticas. Lisboa ia tornar-se a capital do Império e o rei de Portugal, talvez D. João IV ressuscitado, o seu imperador.

A problemática de transgressão está patente na *História do Futuro* desde os parágrafos iniciais, nos quais Vieira qualifica o saber sobre os acontecimentos vindouros como uma prerrogativa divina⁶. Este saber situa-se, evidentemente, fora do alcance do homem, devido à própria natureza do ser humano, imerso no tempo⁷, ao contrário do ser eterno, Deus. Sendo assim, o apetite de conhecer o futuro não é outra coisa que o desejo sacrilégio de igualar-se à divindade. É a expressão da *hybris* humana, “aquele antiquíssimo apetite de serem como deuses”, que já Platão observava⁸. Impulso condenável tanto na ordem de valores pagã, como na cristã. Vieira associa-o ao pecado original e indica como a causa directa da queda dos primeiros homens no pecado:

⁵ Este esboço é hoje conhecido através de alguns manuscritos, dos quais o mais conhecido é intitulado *Maquinações de António Vieira Jesuíta*; publicado pela primeira vez por João Lúcio de Azevedo na sua edição de *História do Futuro*, Coimbra, Universidade, 1918. Cf. também *O Livro Antepimeiro da História do Futuro*, prefácio e notas por José van den Besselaar, 2 vol., Münster Westfalen, Aschendorff, 1976.

⁶ “[...] Deus [...] sempre reservou para si a ciência dos futuros, como regalia própria da divindade”, António Vieira, *História do Futuro*, ed. de Maria Leonor Carvalhão Buescu, *op. cit.*, p. 47.

⁷ “O homem, filho do tempo, reparte com o mesmo tempo ou o seu saber ou a sua ignorância; do presente sabe pouco, do passado menos e do futuro nada”, *ibidem*, p. 47.

⁸ *Ibidem*, p. 47.

Aos primeiros homens, a quem Deus tinha infundido todas as ciências, nenhuma lhes faltava senão a dos futuros e esta lhes prometeu o Demónio com a divindade, quando lhe disse: *Eritis sicut Dii, scientes bonum et malum*.

Nas passagens que se seguem, o jesuíta promete satisfazer a ânsia secular do homem, revelando-lhe o futuro, mas nem discute os fundamentos do seu saber, nem resolve a incerteza acerca do carácter lícito do empreendimento da *História do Futuro*. Na parte inicial da obra, apenas encontramos uma fundamentação pela utilidade oposta à futilidade de satisfazer meramente a curiosidade humana, sem outro objectivo mais elevado. Assim, ao longo de cinco capítulos (IV – VIII), Vieira apresenta o seu livro como útil, citando vários argumentos. Em primeiro lugar, a ciência do futuro é apresentada como proveitosa, porque leva os homens a modificarem a sua conduta. O próprio Deus decide revelar os acontecimentos vindouros para que os homens reconheçam o Seu poder. Segue-se um aviso contra os perigos da incredulidade. O segunda “utilidade” da *História do Futuro* consiste em consolar os que sofrem, revelando-lhes a felicidade vindoura. A terceira “utilidade” está dirigida aos reis e príncipes. Conhecendo o futuro, não hesitarão em lançar-se com ânimo e coragem nas conquistas que hão-de dilatar a fé cristã. Finalmente, a ciência do futuro será proveitosa para os inimigos de Portugal⁹, que assim “verão [...] um manifesto desengano de sua porfia, conhecendo que na guerra que continuam contra Portugal, pelejam contra as disposições do Supremo Poder”¹⁰.

É só no Capítulo Nono do Livro Antepimeiro que Vieira explicita as bases do seu ousado projecto, declarando “o modo com que se podem conhecer os futuros”¹². O método consiste em interpretar as profecias, tanto as inscritas nos textos canónicos, como as mais recentes, fornecidas pelos santos cristãos e pelos vates locais, nomeadamente por Bândarra: “O lugar escuro e caliginoso é o futuro; a candeia que alumeia são as profecias”¹³.

O elemento essencial do raciocínio que tem por objectivo fundamentar a possibilidade de o porvir ser conhecido é o factor temporal. Vieira acha que pode saber mais do que os seus antecessores que também leram e interpretaram as profecias, porque o seu posicionamento no fluxo do tempo é mais favorável. O ponto crucial da argumentação é a interpretação dum fragmento da primeira epístola de São Pedro: *De qua salute exquisierunt atque scrutati sunt Prophetæ qui de futura in vobis gratia prophetaverunt, scrutantes in quod vel quale tempus significaret in eis spiritus Christi præenuntians eas quæ Christo sunt, passionis et posteriores glorias* (1. Petr., 1, 10-11)¹⁴. Vieira chega à conclusão de que o efeito interpretativo depende não só do esforço intelectual, mas sobretudo da “qualidade” do tempo em que se move o interpretador:

⁹ *Ibidem*, p. 48.

¹⁰ Vieira refere-se, de forma clara, à situação actual, isto é, à guerra pela independência de Portugal que Espanha se obstinou a prosseguir, apesar das dificuldades causadas pelas derrotas sofridas nas outras partes da Europa, até 1668, quando finalmente se assinou o acordo que estabelecia a paz.

¹¹ *Ibidem*, p. 103.

¹² *Ibidem*, p. 143.

¹³ *Ibidem*, p. 144. Pode-se observar a espacialização da dimensão temporal, recurso retórico usado constantemente pelo jesuíta. O porvir – um fragmento do tempo –, torna-se um “lugar escuro e caliginoso”, um fragmento de espaço que, enquanto dura a noite, só pode ser visitado por quem tenha uma vela acesa.

¹⁴ *Ibidem*, p. 146; (sublinhado nosso).

[...] o lume sobrenatural, que está e resplandece no corpo ou palavras das profecias, ajudado do lume natural do discurso se vai propagando, difundindo e estendendo a muitas cousas, tempos, sucessos e circunstâncias que nelas estavam ocultas e pela conferência e consequência do mesmo discurso se vão entendendo e descobrindo de novo. Isso quer dizer *in quod vel quale tempus*: não só em que tempo, senão em qual tempo. A palavra, *em que tempo* significa a determinação do tempo certo em que as cousas hão-de¹⁵ succeder; e a palavra *em qual tempo* significa as qualidades e circunstâncias do mesmo tempo [...].

Achando-se a si mesmo num tempo que identifica como próximo dum momento crucial, dum paroxismo apocalíptico, Vieira chega a crer que lhe será lícito buscar acesso às verdades que antes estavam vedadas aos homens. O saber alcançado nestas condições possui as qualidades de certeza e evidência. Vieira não hesita em atribuir à sua futurologia o carácter duma ciência exacta, cuja prática não entra em contradição com os preceitos da religião católica. Por outras palavras, o jesuíta traça uma linha divisória entre o seu empreendimento, que considera como metódico, justificado e baseado em razões fortes, e todas as formas de superstição ou ocultismo, contrárias à fé cristã, que apenas têm por fundamento a ânsia pecaminosa de conhecer o futuro:

Deste modo crescem e se aumentam todas as ciências, não só naturais, senão as divinas, e por isso se chamam e são ciências. Assim como a filosofia, de princípios naturais evidentemente conhecidos, tira conclusões certas, evidentes e científicas, assim a teologia, de princípios sobrenaturais não evidentes, mas certissimamente conhecidos, tira conclusões teológicas, também científicas e ainda mais certas, posto que não evidentes. Nem este modo de discorrer sobre as profecias e revelações proféticas, para ir em conhecimento dos mistérios, segredos, sucessos e tempos futuros, que nelas não estejam imediatamente expressados, é alheio da reverência que se deve aos oráculos divinos, nem atrevimento do entendimento e discurso humano, ou cousa nova e desusada na Igreja e escola de Cristo, antes estudo¹⁶ muito lícito, muito louvável e muito recomendado do mesmo Mestre Divino e seus sucessores .

Onde acaba a superstição e começa a ciência? Balançando na ténue linha divisória entre a *hybris* e o conhecimento lícito, Vieira faz tudo para provar que a sua transgressão acaba por conduzir ao domínio da ortodoxia católica transmitida na “escola de Cristo”. Opina que, assim que “chegou a hora”¹⁷ em que Deus modificou os limites do conhecimento humano, qualquer pessoa pode ter livre acesso ao saber sobre os acontecimentos futuros, uma vez que esses já não fazem parte do conhecimento oculto. O novo saber é provado, evidente e pode ser facilmente alcançado por todos os que o desejarem. Esta facilidade aparece em função do tempo em que, por um lado, se vão acumulando os esforços humanos e, por outro lado, Deus modifica a Sua vontade na medida em que vai realizando o seu plano da salvação da humanidade:

[...] digo que descobrimos hoje mais, porque olhamos de mais alto; e que distinguimos melhor, porque vemos mais de perto; e que trabalhamos menos, porque achamos os impedimentos tirados. Olhamos de mais alto, porque vemos sobre os passados; vemos de mais perto, porque estamos mais chegados aos futuros; e achamos os impedimentos tirados, porque todos os que cavaram neste tesouro e varreram esta casa, foram tirando impedimentos à vista, e tudo isto por benefício do tempo, ou, para o dizer melhor, por providência do Senhor dos tempos .

Vieira esforça-se, a cada passo, por provar que o seu intuito e a sua obra pertencem ao domínio da ortodoxia. Assim, no Capítulo Duodécimo do Livro Antepimeiro, ex-

¹⁵ *Ibidem*, p. 147.

¹⁶ *Ibidem*, p. 146.

¹⁷ “[...] Entendemos que se passou o Cabo [do futuro], porque chegou a hora”; *ibidem*, p. 160.

¹⁸ *Ibidem*, p. 166.

plica as razões pelas quais discorda dos Padres da Igreja. A causa está outra vez na passagem do tempo, que traz a multiplicação do saber humano:

De sorte que vai crescendo a inteligência, a ciência e a sabedoria pelos mesmos graus do tempo com que vão passando os anos, os séculos e as idades¹⁹.

Assim sendo, a transgressão do limite temporal fornece-lhe a possibilidade de formular uma “história do futuro”, e isto sem que Vieira se considere a si mesmo como mais um dos profetas. O jesuíta acha que o seu saber sobre o futuro é de outra natureza que a iluminação alcançada pelos profetas bíblicos e pelos santos cristãos:

[...] os Profetas da Sagrada Escritura se chamavam por antonomásia *Videntes*, porque com o lume da profecia entravam nos lugares escuríssimos e secretíssimos do futuro e viam neles claramente aquelas cousas para que todos os outros homens são cegos, e ninguém as pode ver senão alumiado da mesma luz.

Eu conheço que a não tenho [...]. Mas ainda que a candeia esteja na mão de outrem, também se podem aproveitar da sua luz os que se chegarem a ela e a forem seguindo²⁰.

De acordo com o declarado, o discurso de Vieira segue de perto as pegadas dos profetas do Velho Testamento, assim como as dos vates portugueses, entre os quais o jesuíta conta as figuras do santo meio-lendário Frei Gil de Santarém e de Bandarra. Estes fornecem os dados que o jesuíta considera como uma espécie de matéria prima que tem de ser transformada pelo engenho discursivo:

Sobre estes fundamentos da primeira e suma Verdade entrará o discurso como arquitecto de toda esta grande fábrica, dispondo, ordenando, ajustando, combinando, inferindo e acrescentando tudo aquilo que por consequência e razão natural se segue e infere dos mesmos princípios [...]²¹.

O discurso assemelha-se a uma obra arquitectónica, constituída pela disposição planificada e ordenada do material. Mas a obra não constitui uma finalidade em si mesma. A matéria engenhosa do próprio livro tem que servir como uma espécie de plano ou modelo a um empreendimento de mais envergadura: a obra da reorganização do mundo no Quinto Império. O texto da *História do Futuro* fornece-lhe um esboço inicial, formado através da extrapolação lógica da profecia. Assim, estabelece-se uma complexa relação entre a palavra profética, a sua leitura patente no texto de Vieira e a realidade do mundo sobre a qual este texto segundo, derivado do primeiro, pretende actuar. A profecia, ditada pela palavra divina, é portadora duma potência transformadora. A obra vieiriana, extrapolação da profecia, também tem por objectivo modelar a realidade, contribuindo para a concretização do Reino Milenário. Como observa Peloso Silvano,

A leitura torna-se [...] acto generativo de infinitos significados originados pelas conexões dos textos entre eles e com o leitor. Tudo isto se consegue, como explica Vieira, através de procedimentos teológico-retóricos de multiplicação dos nexos intertextuais no interior da totalidade bíblica. Inúmeros e sempre novos significados surgem assim no âmbito dum texto que é sempre o mesmo e sempre diverso, abrangendo potencialmente e representando paradigmaticamente não só a totalidade da Escritura, mas também o mundo inteiro em que se situa o leitor e cada nova situação ou experiência possível que ele deva enfrentar. O resultado final da leitura será portanto a

¹⁹ *Ibidem*, p. 189.

²⁰ *Ibidem*, p. 144.

²¹ *Ibidem*, p. 146.

dilatação do texto até alcançar o destinatário na sua contemporaneidade: o texto realiza-se, torna-se actual e normativo para ele e para a sua comunidade²².

A arquitectura é uma forma de transgressão: começa no acto de negar a inércia primitiva da pedra. Apenas o objectivo da transformação torna lícita toda a operação. Assim como um mestre canteiro, Vieira ousa manipular os textos sagrados, arriscando a morte, e a condenação humana e divina, sob os escombros da sua construção. Por isso, em tantos momentos da sua obra antecipa as críticas possíveis²³. E com razão, já que, como sabemos, o sonho do Quinto Império conduziu o padre jesuíta às masmorras do Tribunal de Santo Ofício.

Vieira aceita o desafio da transgressão, porque se sente responsável de avisar os seus contemporâneos. Chegando o clímax do tempo, fica atrás a história sangrenta e pecaminosa; inicia-se uma era milenária, em que os homens ascendem à condição angélica (*genus angelicum*). Mas antes de se chegar a tal estado de perfeição, o mundo terá que passar por uma fase violenta. Vieira fala dela através duma imagem emprestada do domínio da medicina. O mundo torna-se um organismo doente, que tem de ser restituído “à sua primitiva inteireza”²⁴. É indispensável uma reorganização dolorosa, já que “não se poderá consertar um corpo tão grande, sem dor e sentimento dos membros, que estão fora do seu lugar”²⁵. Antes de se realizar o ideal católico de “um só rebanho e um só pastor”, a humanidade terá que sofrer um último traumatismo.

Assim chegamos ao reverso tenebroso da *História do Futuro*. Vieira anuncia não só a glória e a felicidade nacional, como também a iminência dum paroxismo universal. A proximidade do momento apocalíptico fornece uma oportunidade epistemológica: a possibilidade de acesso às verdades antes situadas fora do alcance do conhecimento humano. Considerando o saber como um valor supremo e uma recompensa acima de qualquer outra, Vieira apela aos portugueses que não hesitem em lançar-se nesse futuro tenebroso, em que o mundo terá que passar por um cataclismo salvador. “Nem todos os futuros são para desejar, porque há muitos futuros para temer”, ensina Vieira, mas condena os que preferem ignorar o porvir para se verem livres do receio. Independentemente do seu conteúdo, a história do futuro é, aos olhos do jesuíta, uma ciência digna de ser estudada. Como exemplo, Vieira cita Juvenal:

[...] taparam os reis a boca aos deuses, e não queriam consultar os oráculos, por não temer os futuros – os futuros prósperos e adversos, os felizes e os infelizes. Todos fora felicidade antever: os felizes para a esperança e os infelizes para a cautela²⁶.

Os portugueses terão que cumprir um papel decisivo nos acontecimentos vindouros, lançando-se sem receio na tormenta do fim da história. Por isso Vieira formula, na *História do Futuro*, um fervoroso apelo aos seus nacionais, desejando suscitar uma adesão de todos ao projecto do Quinto Império. Apela à memória da epopeia dos Descobrimentos, presente na consciência portuguesa. Para tornar compreensível a sua visão da história, recorre à uma imagem do promontório.

O promontório, o mítico Cabo Não, estivera profundamente enraizado no primitivo imaginário português como símbolo dum derradeiro limite que não é lícito nem proveitoso o homem transpor. Já nos finais do séc. XV, Zurara comentava na sua crónica

²² Silvano Peloso, “O paradigma bíblico como modelo universalista de leitura em António Vieira”, *Brotéria*, vol. 145 (Outubro-Novembro de 1997), p. 558.

²³ Já na parte inicial da obra, o autor apela ao leitor com as palavras de São Jerónimo: «Leiam primeiro, e depois condenem». António Vieira, *História do Futuro*, *op. cit.*, p. 54.

²⁴ *Ibidem*, p. 60.

²⁵ *Ibidem*, p. 60.

²⁶ *Ibidem*, p. 55.

os receios ligados à lenda do promontório – fim do mundo, fronteira do espaço fisicamente habitável –, que interrompera os progressos dos portugueses na exploração da costa africana, já que os marinheiros não ousavam aventurar-se mais longe:

Nom era com mingua de fortaleza nem de boa vontade, mas por a novidade do caso, misturado com geral e antiga fama, a qual ficava já entre os mareantes de Espanha, quasi por sucessão de gerações. E já seja que fosse enganosa, porque a experiencia disto ameaçava com o postumeiro dano, era grande duvida qual seria o primeiro que quisesse poer sua vida em semelhante aventura .

O comentário ao facto de Gil Eanes ter finalmente passado o Bojador, que encontramos na *Ásia*, obra de João de Barros, escrita em pleno século XVI, indica que aparecera entretanto a consciência de se ter iniciado uma nova era, na qual os limites da acção humana, estabelecidos por Deus, têm vindo a ser modificadas:

A este seu propósito [isto é: o de Gil Eanes] se ajuntou a boa fortuna, ou, por melhor dizer, a hora em que Deus tinha limitado o curso de tanto receio, como todos tinham, de passar aquele cabo Bojador²⁸ .

Vieira continua e aprofunda esta linha de pensamento, comparando a situação dos historiadores que se limitam a narrar o passado à dos navegantes receosos de passar a última fronteira. Considera o jesuíta que a partir do momento em que Deus decide revogar os seus desígnios em relação à espécie humana, já não é necessária nem uma força, nem uma coragem excepcional para perfazer a proeza que dantes jamais se ousara:

[...] enquanto não chega a hora determinada por Deus [...] nem os Bacos, Lusos, Geriões e Hércules de Espanha se atrevem a imaginar, que pode o Bojador ser vencido, e param suas empresas e ainda seus pensamentos no Cabo de Não. Mas quando chega a hora precisa do limite que Deus tem posto às cousas humanas, basta Gil Eanes em uma barca [...] para pisar todos esses impossíveis e para navegar segura e venturosamente *os mares nunca de antes navegados*²⁹ .

Assim como os primeiros capitães dos Descobrimentos, receando o descohecido, não ousavam progressar na exploração da costa africana, os historiadores temem passar além do momento no qual o presente se torna o futuro. Segundo ensina Vieira, é apenas um novo Cabo Não, objecto de receios injustificados:

[...] confusamente se representava adiante ao longe deste Cabo, era a carranca medonha, o temerosíssimo Bojador do futuro, coberto todo de névoas, de sombras, de nuvens espessas, de obscuridade, de cegueira, de medos, de horrores, de impossíveis³⁰ .

Assim, Vieira serve-se³¹ do imaginário ligado às viagens marítimas, evocando o promontório ou a tormenta , para se apresentar a si mesmo como precursor de novos Descobrimentos, como um novo Gil Eanes ou Vasco da Gama, o primeiro dos portugueses

²⁷ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, ed. José de Bragança, Porto, Livraria Civilização, 1973, p. 49.

²⁸ João de Barros, *Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, ed. António Baião, Lisboa, IN-CM, 1988, p. 13. (sublinhado nosso).

²⁹ António Vieira, *História do Futuro*, op. cit., p. 159-160; (sublinhado nosso).

³⁰ *Ibidem*, p. 160.

³¹ Vieira compara o acto de escrever sobre o futuro a uma navegação solitária por mares desconhecidos: “Sós e solitariamente entramos nela [na *História do Futuro*] (mais ainda que Noé no meio do dilúvio), sem companheiro nem guia, sem estrela nem farol, sem exemplar nem exemplo. O mar é imenso, as ondas confusas, as nuvens espessas, a noite escuríssima”; *ibidem*, p. 53.

a ousar a transgressão, acto de pisar a fronteira invisível. O capitão da conquista do futuro anuncia a boa nova aos seus nacionais:

Portentosas foram antigamente aquelas façanhas, ó Portugueses, com que descobristes novos mares e novas terras, e destes a conhecer o mundo ao mesmo mundo. Assim como leis então aquelas vossas histórias, lede agora esta minha, que também é toda vossa. Vós descobristes ao mundo o que ele era, e eu vos descobro a vós o que haveis de ser. Em nada é segundo e menor este meu descobrimento, senão maior em tudo. Maior Gama, maior Cabo, maior Esperança, maior Império³².

Em numerosos momentos da *História do Futuro*, assim como no fragmento acima citado, é evidente a presença do texto camonianiano. As reminiscências d'*Os Lusíadas* contribuem para aprofundar e tornar mais sugestiva a dimensão apelativa do texto. Vieira apela nomeadamente aos seus nacionais para que participem na nova gesta, assim como ousaram percorrer o caminho traçado por Gama e participar na aventura das navegações oceânicas. Anuncia a Portugal um porvir de glória e prosperidade:

Eu, Portugal [...], nem espero o teu agradecimento, nem temo a tua ingratidão. Porque, [...] se nas letras que interpreto achara desgraças (bem poderá ser que as tenhas), eu te dissera a má fortuna sem receio, como te digo a boa sem lisonja. Mas é tal a tua estrela (benignidade de Deus contigo, devera dizer), que tudo o que leio em ti são grandezas, tudo o que descobro melhoras, tudo o que alcanço felicidades³³.

O acto transgressor, pelo qual o próprio Vieira se revela como novo Vasco da Gama, conduz agora ao alargamento do horizonte já não na dimensão espacial, mas sim temporal. A unificação do espaço mundial pelas rotas estabelecidas nas navegações portuguesas tem implicações escatológicas. Agora que nenhuma das partes do mundo se vê privada da luz dos Evangelhos, o fim da História está iminente. A espécie humana aproxima-se duma viragem marcada pela “unificação” do tempo.

Vieira ensina que o tempo, assim como o espaço geográfico, tem dois “hemisférios”, separados por um horizonte que se desloca à medida que avançamos. Assim como se revelou possível conhecer os antípodas e os seus habitantes na sequência das viagens marítimas, assim, na sequência de novos descobrimentos, se poderá conhecer os acontecimentos futuros:

O tempo, como o mundo, tem dois hemisférios: um superior e visível, que é o passado, outro inferior e invisível, que é o futuro. No meio de um e outro hemisfério ficam os horizontes do tempo, que são estes instantes do presente que imos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa. Desde este ponto toma seu princípio a nossa *História*, a qual nos irá descobrindo as novas regiões e os novos habitantes deste segundo hemisfério do tempo, que são os antípodas do passado. Oh que coisas grandes e raras haverá que ver neste novo descobrimento!³⁴

Vieira interpreta a sua época como a etapa da maturidade do tempo, como uma época final, na véspera dum acontecimento crucial que modificaria o destino do mundo e da humanidade. Por isso vislumbra a possibilidade de uma mudança radical na qualidade e nas perspectivas do conhecimento humano. Nisto, pode ser considerado como herdeiro do optimismo epistemológico dos Descobrimientos, nos quais aparecera a ideia de que, pelo alargamento do horizonte geográfico, o homem poderia chegar a conhecer

³² *Ibidem*, p. 60.

³³ *Ibidem*, p. 56.

³⁴ *Ibidem*, p. 51-52.

“certamente” e “radicalmente” a verdade sobre o mundo³⁵. Vieira afirma vigorosamente a nascente perspectiva duma nova certeza: o conhecimento do futuro, já não através do recurso à astrologia ou às ciências ocultas, mas sim como uma evidência provada, facilmente compreensível, posta ao alcance de todos. O projecto de futurologia como ciência exacta, dotada dum método definido, visando conclusões certas, alça um monumento paradoxal aos preceitos empiricistas patentes nos Descobrimentos portugueses.

Vieira não conseguiu passar da retórica à lógica, sair de *nomos* na direcção de *physis*, como pretendia e sonhava. Chamava a sua nação e os seus correligionários ao esforço para realizar o que sabemos ser irrealizável. Sabemo-lo da nossa perspectiva contemporânea. Vieira, conjugando a tradição do pensamento milenarista e o clima intelectual da sua época, vislumbrava novos horizontes do conhecimento. Queria ver lançados numa nova trajectória os destinos da sua própria nação e de toda a espécie humana. Queria entrever os sintomas duma mudança capaz de pôr fim ao mundo de injustiças e de sofrimento.

O jesuíta via-se a si mesmo no papel do primeiro transgressor que se sacrificaria para instituir um motor do progresso. Em plena consciência da gravidade da sua dissidência intelectual, pôs em risco o seu capital espiritual, a sua ortodoxia, ousando manipular as profecias para tirar delas uma lição jamais tirada, mas que ele esperava ser proveitosa para todos. Esta lição, fruto duma transgressão generosa, tinha de ser posta ao alcance de toda a comunidade que o transgressor representava e a favor da qual ouçava o seu acto. Na sua navegação “sem companheiro nem guia, sem estrela nem farol”³⁶, o pensador solitário pretendia traçar o caminho para toda a comunidade e para toda a humanidade. Propunha, em primeiro lugar, na *História do Futuro*, aos portugueses, e em segundo lugar, na sua *Clavis Prophetarum* latina, a todos os cristãos e a todos os homens, uma nova gesta para prosseguir e completar a que findara: a gesta de novos Descobrimentos que não acabariam antes de se achar o caminho de regresso ao Paraíso. Fundando a nova futurologia, Vieira pretendia abrir a perspectiva duma paz universal no seio duma humanidade renovada, a quem Deus restituiria a condição edénica primordial. Manifesto supremo da crença no valor da ciência e na capacidade de o homem se renovar pela sua incessante demanda do saber.

³⁵ A ideia de que através da experiência sensorial e do contacto directo com a realidade, que se tornou possível na sequência dos Descobrimentos, o homem pode alcançar a verdade sobre o mundo e os seus habitantes está patente em numerosos autores do século XVI, como Garcia de Orta, Duarte Pacheco Pereira, e outros.

³⁶ *Ibidem*, p. 53.